to protetor, questões que ainda não estão suficientemente esclarecidas dentro do próprio meio médico e científico. Mas independentemente destes aspectos de ordem clínica e econômica, é necessário considerar também o impacto desta questão sobre a vivência das mulheres, visto que elas precisam tomar uma decisão a este respeito e cabe aos profissionais da saúde aconselhá-las e fornecer-lhes as informações adequadas.

Os dados e experiências trazidos pelas autoras assumem um caráter inovador e lançam questionamentos pertinentes justamente porque o problema da infecção pelo HIV/AIDS em mulheres é percebido a partir da ótica dos direitos reprodutivos e contextualizado num universo cultural que lhe confere significado. É nesta perspectiva que as autoras evidenciam os limites das mensagens educativas que enfocam o "sexo seguro", visto que essas se fundamentam numa mudança individual de comportamento enquanto que "práticas sexuais são parte das normas sociais e indivíduos não podem alterá-las por conta própria". A partir daí compreende-se a dificuldade que as mulheres têm em "negociar" com seus parceiros o uso do preservativo, dizer não ao sexo, falar com o parceiro sobre as relações extraconjugais, por alternativas à penetração etc.. E embora a mudança de comportamento possa ser justificada em função do risco da AIDS, não podemos nos esquecer, como nos lembram Berer e Ray, de refletir a partir de quais valores e necessidades estão sendo propostas estas mudanças e com quais poder e recursos as mulheres contam para aderirem às mudanças propostas.

O livro *Mulheres e HIV/AIDS* consegue, com certeza, demonstrar a verdadeira vulnerabilidade das mulheres para o HIV/AIDS, que é biológica, mas sobretudo social e cultural. Traz, para aquelas pessoas que estão envolvidas com a questão, uma sensação de conforto e de desafio. Conforto por ver que as dificuldades enfrentadas são gerais e que existem outras pessoas, em diferentes locais deste planeta, que também as percebem da mesma forma. E desafio porque traz propostas concretas e caminhos inovadores para enfrentar estas dificuldades e, quem sabe, contribuir para que mais mulheres consigam evitar o HIV/AIDS ou serem mais felizes apesar desta infecção.

DANIELA KNAUTH ■

A monotonia como permanência

As Idéias e os Números do Gênero - Argentina, Brasil e Chile no século XIX.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.).

São Paulo: HUCITEC/CEDHAL/FFCL-USP/VITAE, 1997.

A coletânea tem por objetivo analisar comparativamente as trajetórias das mulheres latino-americanas durante o século XIX na Argentina, no Brasil e no Chile. Ela nasceu do resultado de um esforço coletivo de pesquisa e de reflexão realizado por especialistas de diferentes países e de diversas áreas do conhecimento. Ao enfoque inicial que contemplava prioritariamente o resgate da participação feminina no mercado de trabalho naquele período, outros temas de relevância foram sendo incluídos no decorrer das pesquisas individuais, como o papel da educação, a comparação entre mulheres nativas e imigrantes e as representações sobre os papéis femininos nos pensadores da época.

Naturalmente, uma empreitada de tal ordem enfrentou várias dificuldades. No âmbito da utilização das fontes de dados, como informam Silberstein, Norambuena Carrasco e Guenaga em Análise Crítica das Fontes, problemas se apresentaram tanto no que se refere à compatibilização dos indicadores utilizados, como no que diz respeito à heterogeneidade dos critérios utilizados nos levantamentos e também em relação à abrangência geográfica e à periodicidade adotada por cada país na realização desses levantamentos. O enfoque de gênero, perseguido por todos os autores que

contribuíram para esta coletânea, conduziu-os à consulta de vasto material histórico (listas de passageiros imigrantes, correspondências, diários, álbuns de família, imprensa da época e literatura), uma vez que apenas os registros periódicos de população não se mostraram, em muitos casos, suficientes para a elucidação do papel das mulheres e das representações de gênero construídas nas sociedades latino-americanas da época.

O artigo de Eni de Mesquita Samara, intitulado Mão-de-obra Feminina, Oportunidades e Mercado de Trabalho, no Brasil do Século XIX, assenta-se na discussão teórica da relação de gênero e trabalho e explora essa dimensão a partir dos dados demográficos gerais sobre a população brasileira levantados no Recenseamento da População do Império do Brazil para 1872, enfocando, especialmente, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará. O século XIX foi palco da emancipação política do Brasil, encerrando-se, em 1822, a fase colonial e tendo início um profundo processo de transformações econômicas e sociais. A expansão da lavoura cafeeira no sul, a substituição da mão-de-obra escrava e a imigração foram fatores determinantes na conformação de um mercado de trabalho livre, baseado em zonas urbanas, principalmente após 1850. Nesse cenário renovado vai, pouco a pouco, se consolidar a presença da mulher livre trabalhadora, como um contraponto à tradicional mulher branca de elite, reclusa no espaço doméstico e ociosa e à mulher escrava, em geral negra. De fato, o Censo de 1872 relata que entre os indivíduos com profissão, 45% eram mulheres e 55%, homens. Nesse período, como nos dias de hoje, o sistema sexuado de divisão do trabalho reservava atividades menos rentáveis e consideradas mais humildes para os despossuídos e especialmente para as mulheres. Aqui se encaixam a prestação de serviços, o artesanato, certos setores do comércio, dos transportes e da manufatura. O mesmo censo registra para São Paulo, no período de transição para o assalariamento, ao lado das tradicionais atividades na lavoura, no serviço doméstico e na costura, o surgimento de uma gama mais variada de ocupações femininas como professoras, comerciárias e comerciantes, empregadas em funções burocráticas de escritórios e nas fábricas. De fato, nas indústrias de fiação e tecelagem, no fabrico de cigarros, na produção de roupas e bordados e na produção de chocolate, mais da metade da mão-de-obra era composta por mulheres. Uma grande parte desse contingente era de mulheres imigrantes jovens, especialmente as italianas. Essas mulheres desenvolviam "funções mais rotineiras, monótonas e menos qualificadas na hierarquia e com níveis salariais mais baixos. Em média, no processo de industrialização paulista, o salário de uma mulher representava 65% do salário masculino adulto". Ao lado do trabalho assalariado, entretanto, o mercado informal de trabalho se expandiu nas cidades e, com ele, a inserção das mulheres nesse espaço. Segundo a autora, aí persistem permanências que advêm do trabalho feminino na Colônia e que, ainda nos dias atuais, "articulam estratégias e formas de sobrevivência para as mulheres e suas famílias."

Hernán Otero, em Familia, Trabajo y Migraciones. Imágenes censales de las estructuras sociodemogáficas de la población feminina en la Argentina, 1895-1914, faz uma análise comparativa das diversidades regionais na situação da mulher na segunda metade do século XIX, baseando-se em dois levantamentos censitários de população, para os anos de 1895 e 1914. Dois grandes eixos se destacam em seu texto. Em primeiro lugar, o autor considera amplas as possibilidades de análise a partir das fontes de dados censitárias, tanto por abranger grandes conjuntos populacionais, como por permitir perceber alguns traços da ideologia estatística vinculada à questão de gênero. Aquelas fontes apresentam, porém, algumas limitações. Exemplo é o estudo da fecundidade, restrito às mulheres casadas – sem levar em conta as importantes proporções de mães solteiras e em uniões consensuais -, o que revela o caráter "legalista" adotado pelos agentes estatísticos da época. Para contornar a questão, o autor se utiliza dos registros de nascimento e da declaração de legitimidade, para concluir que a ilegitimidade se constituía em fenômeno importante na Argentina: em 1914, uma em cada cinco crianças nascia de uma união consensual, proporção essa que variava bastante, conforme se enfocasse o litoral (região mais desenvolvida e europeizada) ou as províncias internas. Em segundo lugar, a análise das estruturas de estado civil, da ocupação e das migrações internas permitem formular algumas hipóteses exploratórias sobre a situação da mulher durante o período analisado. Por exemplo, o estudo da estrutura demográfica referente ao estado civil poderia vir a vincular tanto as viúvas (contingente de grandes proporções no período analisado), como as unidas consensualmente a processos de incremento do poder feminino ou de pauperização, claramente diversos daqueles ocorridos com mulheres inseridas em estruturas

familiares com presença masculina. As migrações internas, por sua vez, mostram a ativa participação das mulheres nos fluxos migratórios, tanto entre províncias, como do campo para a cidade. Otero argumenta, quanto a este aspecto, que se deveria prestar mais atenção no futuro na relação entre atividades ocupacionais femininas e composição demográfica por sexo desequilibrada de cada região, a qual poderia ter papel importante na inserção mais tradicional ou mais dinâmica da mulher no mercado de trabalho.

Rosario Guenaga recupera o papel da mulher nos confins inóspitos da Patagônia do século XIX em Familia y Mujer en los Espacios Nuevos(caso: la Patagonia Austral). Nos informa que os esforços para a ocupação da Patagônia (a partir da década e 1880) levam o governo a atrair e assentar famílias habituadas à inclemência do clima, ao isolamento e às adversidades peculiares àquele cenário austral, originárias, em sua maioria, de Magalhães e das ilhas Malvinas. A grande maioria dessas famílias era de origem européia, particularmente irlandesa e inglesa, o que dará ao território um perfil particular, produzindo diferentes identidades e comportamentos de cunho social e cultural. Em geral, os grupos anglo-saxões e os croatas, inicialmente, tenderam a se manter isolados do resto da população, permanecendo em suas fazendas, com escasso contato com os centros urbanos locais, o que incentivou a persistência do uso de idiomas estrangeiros e a manutenção dos costumes, dificultando sua integração à identidade argentina. Dentro desse esquema social baseado nas famílias, num ambiente onde sua presença sempre foi minoritária, o papel da mulher se manteve dentro dos parâmetros tradicionais da época, não raro exercendo importante função na expansão do poderio econômico familiar, através do casamento. Entretanto, muitas dessas mulheres pioneiras, sem se afastar do papel feminino imposto pelos costumes, puderam exercitar sua independência e capacidade de decisão na lida diária e, principalmente, nas transações comerciais.

Carina Laura Frid de Silberstein, em Inmigrantes y Trabajo en Argentina: discutiendo estereotipos e construyendo imagenes. El caso de las italianas (1870-1900), vai dirigir seu olhar para as imigrantes italianas que aportaram na Argentina, particularmente na província de Rosario, nas últimas três décadas do século passado, analisando listas de passageiros e censos estatísticos. Seu objetivo é tornar visíveis as estratégias migratórias adotadas por grupos familiares italianos, nas quais o papel das mulheres não era apenas coadjuvante, como querem fazer crer as estatísticas italianas e argentinas, bem como demonstrar que aquelas mulheres apresentavam um espectro de qualificação para o trabalho bem mais amplo do que se acreditava. No período, a pequena proporção de viúvas e de mulheres mais velhas nos contingentes chegados à Argentina denunciava a importância atribuída à mão-de-obra feminina na construção do projeto familiar de assentamento na nova terra: privilegiava-se quem estava em melhores condições de participar ativamente, com trabalho e com capacidade reprodutora. Desmistificando a imagem simplificadora das italianas, construída a partir dos registros que consideravam ativas apenas aquelas mulheres que, ou declaravam desenvolver ocupações femininas tradicionais como tecelãs, costureiras, lavadeiras, ou genericamente professavam ofícios agrícolas, a autora desvenda uma estrutura ocupacional feminina tanto diversificada, quanto equilibrada. De fato, as italianas chegadas ao porto de Buenos Aires entre 1883 e 1889 eram mulheres cujos ofícios se identificavam tanto com a indústria domiciliar (tecelãs e rendeiras, por exemplo), como com a demanda urbana por serviços domésticos (lavadeiras, amas etc.) e com as profissões rurais. Também Carmem Norambuena Carrasco vai se deter na análise das características do contingente de mulheres imigrantes que chegaram ao Chile, no artigo La Mujer Inmigrante. Imagenes y Realidades. Chile 1865-1907. Conclui que o número de mulheres imigrantes no período inicial de colonização foi bastante alto (superior a 45% do total de imigrantes), em função da característica de ocupação familiar que adquire o processo de imigração para o Chile, como, de resto, para todo o continente latino-americano. Destaca a influência social que essas mulheres - em geral alemãs (particularmente no sul), francesas, italianas e espanholas - tiveram na construção da nação chilena, como religiosas e educadoras, a algumas das quais é delegada a organização do nível secundário de educação feminina no país. Segundo a autora, "modistas, costureiras, cozinheiras, agricultoras e comerciantes, religiosas, educadoras, trabalhadoras industriais, profissionais liberais constituem o grupo de mulheres que através de todo o século XIX se radica no país. Com níveis de instrução superiores aos nacionais e majoritariamente em idade ativa, tanto para a procriação, como para o trabalho, essas mulheres se constituem em participantes ativas de uma sociedade em formação".

Finalmente, Eduardo Devés-Valdés em La Mujer en el Pensamiento Latinoamericano del siglo XIX: una esclava muy frívola, percorre a obra de alguns dos mais importantes autores latino-americanos do século XIX e constata que, salvo raras exceções, nesses escritos o tema da mulher não está presente de maneira explícita. Munido de uma visão intencional sobre as relações de gênero, o autor se propõe buscar nesse material indícios que permitam pôr em relevo os autores que se ocuparam do tema da mulher, identificar os critérios fundamentais pelos quais abordaram o tema e classificar os diversos tratamentos que lhe foram dados. Conclui que, em parte significativa da obra analisada, transparece uma concepção conservadora sobre o papel reservado às mulheres nas sociedades locais, associando-as ao espaço doméstico em contraposição à esfera pública, reservada aos homens. Nesse sentido, a classificação dos comportamentos femininos encontrados não ultrapassa os modelos aceitos socialmente, entre os quais se incluem os opostos da mulher frívola, vaidosa e ociosa e o daquela ilustrada, virtuosa e trabalhadeira. Alguns poucos autores insistem na necessidade da mulher assumir um papel social além da esfera doméstica, como professora, profissional liberal ou como promotora de eventos culturais e artísticos. O autor ressalta que mesmo nesses casos, entretanto, não se coloca em discussão reivindicações que franqueiem às mulheres participação em cargos públicos ou políticos, ou direitos de cidadania que lhes permitam votar ou ser votada.

A coletânea se reveste de especial importância para todos aqueles que se dedicam a estudar temas relacionados às relações de gênero nas nossas sociedades latino-americanas, particularmente aos que buscam entender os padrões de ocupação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, suas origens históricas bem como os estereótipos de gênero construídos para justificá-los. Ao voltar o olhar para o papel da mulher – imigrante ou nativa, livre ou escrava – nas sociedades latino-americanas do século XIX e estabelecer um contraponto com a situação atual, dois sentimentos contraditórios emergem com clareza: de regozijo e de preocupação. O primeiro, de regozijo, se baseia no longo e árduo caminho percorrido pelas várias gerações de mulheres no espaço de um século em direção a um posicionamento de maior independência e igualdade em relação aos homens, tanto no que diz respeito aos direitos civis, quanto aos diretos reprodutivos e à própria participação no processo educativo e no mercado de trabalho. Neste final de século XX, as mulheres apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, o que lhes abriu uma ampla e diversificada gama de possibilidades de inserção em vários tipos de trabalhos, muitos deles, até muito pouco tempo atrás, considerados redutos profissionais masculinos. Por outro lado, preocupa constatar que nos dias atuais é ainda bastante significativo o contingente de mulheres que permanecem confinadas em segmentos ocupacionais onde sua presença é tradicional, guetos em que os trabalhos são rotineiros e monótonos, exigindo baixos níveis de qualificação, com pequena ou nenhuma remuneração. Este último cenário sinaliza permanências que precisam ser ultrapassadas no ainda longo caminho que cabe a nós, mulheres deste e do próximo século, trilhar na direção de uma menor desigualdade entre os sexos.

MARIA ROSA LOMBARDI ■

Existe um ambientalismo feminista?

Gênero e Meio Ambiente.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam.

São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

A primeira palavra do título do livro deixa claro qual o recorte analítico privilegiado. O problema é que o leitor médio fica sem saber de que gênero se trata. De fato, o uso da categoria **gênero**, no Brasil, é muito restrito, supondo uma *iniciação na chamada perspectiva feminista*. Mesmo na universidade, os estudos de gênero,